

TEORIA DA DEMOCRACIA E POSITIVAÇÃO DO DIREITO

Carga horária (45 h 3 créditos)

Básica

Ementa:

1. Apresentação da disciplina e dos Mestrados, explicação da metodologia e dos procedimentos, escolha dos seminários.
2. 2.1. Democracia direta. A importância da compreensão do significado e do alcance da democracia direta para sua transposição à era cibernética. Mecanismos tradicionais de democracia direta e sua revitalização na era da informática. Novos instrumentos de democracia direta, decorrentes do avanço tecnológico. 2.2. Organização política, princípio da subsidiariedade e democracia telemática. 2.3 Democracia orgânica e democracia telemática: coexistência viável ou não?
3. Democracia, sistemas econômicos e o avanço tecnológico. 3.1 Democracia liberal. 3.2 Transposição para o século XXI: inércia estatal utópica em plena sociedade da informação. 3.3 Democracia social. 3.4 Dirigismo estatal na era cibernética. 3.5 Democracia social de mercado e seus reflexos na sociedade da informação.
4. Democracia partidária. 4.1 Atuação dos partidos políticos na sociedade da informação. 4.2 Programas dos partidos, a essência da democracia partidária, na era cibernética. 4.3 Os sistemas de partidos na democracia telemática.
5. Democracia participativa. 5.1 Definição apropriada ao século XXI. 5.2 Representação, participação popular direta, avanço tecnológico e o texto constitucional brasileiro vigente. 5.3 A era cibernética exige reforma constitucional para atualização da democracia participativa? 5.4 Democracia participativa, sociedade da informação e o direito comparado.
6. Democracia parlamentar na era cibernética. 6.1 Viabilização da democracia representativa pelos Parlamentos. 6.2 A organização interna atual dos Parlamentos. 6.3 Aspectos relevantes do processo legislativo no Brasil, à luz da sociedade da informação: Emenda à Constituição, lei complementar, lei ordinária, sistema de codificação e consolidação das leis, lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. 6.4 Aspectos relevantes do processo legislativo no exterior.
7. Da participação popular no processo legislativo. 7.1 A participação formal (institucional) e as Comissões de Legislação Participativa. 7.2 A participação informal. 7.3 As audiências públicas das comissões e as transmissões pelos meios de comunicação social. 7.4 Os mecanismos atuais de interação eletrônica entre representantes e representados. 7.5 O papel dos sites das Casas Legislativas, das TVs Câmara e Senado e do Interlegis e o controle popular dos atos parlamentares. 7.6 O acompanhamento popular dos projetos na fase de apreciação presidencial, para sanção ou veto.
8. Democracia contemporânea. 8.1 A influência dos meios de comunicação no processo político. 8.2 O advento da imprensa. 8.3 A substituição da linguagem escrita pela oral. 8.4 A introdução do rádio. 8.5 A invenção da televisão e a era da imagem. 8.6 A democracia televisiva.
9. A atuação da televisão, do rádio e da internet na formação da opinião pública e na condução da participação política do povo. 9.1 A influência quotidiana dos meios de comunicação na difusão dos acontecimentos políticos. 9.2 A elaboração e a divulgação de pesquisas de opinião conduzidas pelos meios de comunicação. 9.3 A

influência política indireta do rádio e da televisão por meio da programação normal das emissoras.

10. A influência dos meios de comunicação no processo eleitoral. 10.1 O avanço tecnológico e a propaganda eleitoral: consequências durante as campanhas eleitorais.

10.2 O marketing político-eleitoral pelo rádio, pela televisão e pela internet. 10.3 Programas políticos cinematográficos e com efeitos especiais. 10.4 Normas vigentes e propostas legislativas de controle da propaganda eleitoral pelos meios de comunicação. 10.5 Divulgação oficial de informações eleitorais pela Justiça Eleitoral, por intermédio dos meios de comunicação. 10.6 A repercussão popular.

11. O avanço tecnológico e a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos: a formação da convicção dos governados.

12. Democracia virtual. 12.1 Informática e eleições. 12.2 Os computadores e os mecanismos de democracia direta. 12.3 O voto eletrônico. 12.4 A apuração das eleições. 12.5 Divulgação das contas partidárias. 12.6 Divulgação dos atos de execução do orçamento público pela internet como mecanismo de fiscalização popular dos partidos políticos e dos governantes.

13. A internet e a globalização da democracia. 13.1 A formação de uma opinião pública universal. 13.2 Globalização, democracia e ordem internacional. 13.3 Universalização instantânea de ideias e de atuação governamental decorrente do alcance dos meios de comunicação. 13.4 Facilitação da formação de blocos políticos continentais na era da cibernética. 13.5 Inclusão digital como instrumento da democracia e da cidadania.

14. Novos territórios democráticos. 14.1 A formação de uma opinião pública universal. 14.2 A democracia no ciberespaço. 14.3 Conceito de povo: quem é o povo na sociedade da informação?

15. O futuro da democracia e a democracia do futuro. 15.1 Aspectos não políticos de democracia e sua oxigenação na era cibernética. 15.2 Limites da democracia telemática decorrentes da natureza humana. 16. Entraves ao desenvolvimento da democracia no Brasil. 16.1 Democracia como padrão de exigências e não apenas como técnica de neutralização de conflitos.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BERNARDES, Marcielle Berger. **Democracia na sociedade informacional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRANDÃO, Priscila Carlos. **Serviços secretos e democracia no cone sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional**. Niterói: Impetus, 2010.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

CARDON, Dominique. **A democracia Internet: promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CHEVITARESE, Aléssia Barroso Lima Brito Campos; CARVALHO, José Ernani de. **Democracia e biossegurança de ogm: um debate jurídico, técnico e social**. Curitiba: Juruá, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. Salvador: Juspodium, 2020.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Senac SP, 2010.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. 3. reimpressão. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2018.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALHEIRO, Emerson Penha (Coord.). **O direito da sociedade da informação e seus reflexos constitucionais**. São Paulo: Emerson Penha Malheiro, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.680419>

MALHEIRO, Emerson Penha (Coord.). **O direito da sociedade da informação e seus reflexos constitucionais 2**. São Paulo: Editora dos Autores, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7359126>

MALHEIRO, Emerson Penha. **A incorporação do direito digital como interesse fundamental na sociedade da informação**. In: SARLET, Ingo Wolfgang; WALDMAN, Ricardo Libel. (Org.). **Direitos Fundamentais e Novas Tecnologias na Era da Informação**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2022, v. 2, p. 45-61. Disponível em: <https://doi.org/10.36592/9786581110819>

MALHEIRO, Emerson Penha. **Arbitragem no poder público no Brasil**. *Direitos Fundamentais & Justiça*. Belo Horizonte, v. 11, n. 36, p. 131-144, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/115/39>

MALHEIRO, Emerson Penha. CARMO, Priscila Carla do. **A importância do hábeas corpus na sociedade da informação**. In: NASCIMENTO, Laurinaldo Félix; FERNANDES, Elaine Freitas. (Org.). **Ciências Sociais: Abordagens e Reflexões**. 1. ed. Formiga: Ducere, 2022, p. 32-51. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7005250>

MALHEIRO, Emerson Penha. **Curso de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MALHEIRO, Emerson Penha. **Direito da sociedade da informação**. São Paulo: Max Limonad, 2016.

MALHEIRO, Emerson Penha. **Direito internacional e direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Método, 2016.

MALHEIRO, Emerson Penha. **Direito internacional e relações econômicas**. São Paulo: Max Limonad, 2017.

MALHEIRO, Emerson Penha. **Direito internacional privado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.

MALHEIRO, Emerson Penha. **Direitos humanos na sociedade da informação**. Revista Paradigma, v. 25, n. 1, p. 218-230, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/218-230>

MALHEIRO, Emerson Penha. **Direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.

MALHEIRO, Emerson Penha. **Procedimento de incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos em perspectiva comparada: Brasil e Espanha**. Diálogos Possíveis, v. 18, n. 3, p. 226-243, set./dez. 2019. Disponível em: <http://revistas.unisba.edu.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/602>

MALHEIRO, Emerson Penha; FOGAROLLI, Luciana Guerra. **Jurisdição constitucional na pandemia do covid-19: uma intervenção necessária do judiciário na defesa do direito à educação pela inclusão digital**. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos, v. 8, n. 1, p. 37-49, jan./jul. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9660/2022.v8i1.8711>

MALHEIRO, Emerson Penha; FULLER, Greice Patrícia; VIGLIAR, José Marcelo Menezes (Orgs.). **Estado democrático de direito: tutela penal e processual de direitos na sociedade da informação**. 1. ed. São Paulo: Editora dos Autores, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1R_TrK05D8e9xuX-9M2l1m6lDZQOnb5Ck

MALHEIRO, Emerson Penha; MACEDO, Caio Sperandéo de; CANTON FILHO, Fábio Romeu (Coords.). **Direito constitucional na sociedade da informação**. São Paulo: Editora dos Autores, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7215904>

MALHEIRO, Emerson Penha; SILVA, Luís Delcides Rodrigues da. **COVID-19: movimentos, palavras, práticas autoritárias, desinformação e usurpação da transparência**. Revista Thesis Juris – RTJ. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 204-221, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.5585/rtj.v10i2.18521>

MALHEIRO, Emerson Penha; SILVA, Luís. Delcides Rodrigues da. **A vedação ao retrocesso e o direito fundamental à comunicação: acesso irrestrito à internet na sociedade da informação**. In: NASCIMENTO, Laurinaldo Félix; FERNANDES, Elaine Freitas. (Orgs.). Estudos em Direito: Enfoques e Análises. Formiga: Uniesmero, 2022, v. 4, p. 39-53. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6780761>

MARTINS, Paulo Emilio Matos; SARAIVA, Enrique; PIERANTI, Octavio Penna. **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MEYER, Thomas; HINCHMAN, Lew. **Democracia midiática: como a mídia coloniza a política**. Tradução de Cláudio Queiroz. São Paulo: Loyola, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MORENO, Francisco Rubiales. **Democracia secuestrada: menos partidos y más ciudadanos para la nueva sociedad del debate**. Córdoba: Almuzara, 2005.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

OLIVEIRA MORTE, Luciana Tudisco. **Liberdade de informação jornalística: limites frente à democracia brasileira atual**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SANTANA, Raimundo Rodrigues; MATTOS NETO, Antônio José de; LAMARÃO NETO, Homero. **Direitos humanos e democracia inclusiva**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

SILVA, Maria Paula Almada e. **Participação política e transparência online: um panorama sobre a democracia digital no Brasil a partir de iniciativas da sociedade civil**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. **Direito processual constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA, Leonardo da Rocha de. **Direito ambiental e democracia deliberativa**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.